

EQUILÍBRIO COM PLENO EMPREGO E EQUILÍBRIO COM DESEMPREGO EM UM CONTEXTO DE PREÇOS E SALÁRIOS FLEXÍVEIS: o debate entre Keynes e os (neo) clássicos

*Fabício J. Missio**
*José Luís Oreiro***

Resumo: As discussões e as interpretações dadas ao papel da política monetária, bem como, ao comportamento da economia, passam a mudar radicalmente a partir dos escritos de John Maynard Keynes. O autor desenvolve sua teoria em que nega as pressuposições clássicas de pleno emprego. Mais especificamente, o autor nega a automaticidade da geração de pleno emprego, uma vez que o mesmo passa a ser considerado apenas um caso particular. Isso significa, em outras palavras, a negação da lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda que eram bases fundamentais em que estavam ancoradas as prescrições de políticas econômicas da época, ou seja, do pensamento clássico.

A publicação de sua principal obra, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda – doravante TG – passa a influenciar decisivamente a forma pelo qual são tratados, a nível teórico e na prática, os problemas econômicos relativos ao par produção-emprego. Escrita com o intuito de investigar, com base no princípio da demanda efetiva, os determinantes do nível de produção e emprego no curto prazo, a TG é uma alternativa analítica apresentada por Keynes ao que havia sido proposta até então. Nessa obra Keynes procurou demonstrar que a formulação clássica para o entendimento da operação de uma economia de mercado estava incorreta, especialmente no tocante aos fatores responsáveis pela determinação do grau de utilização da capacidade produtiva. Nesse sentido, o autor procurou demonstrar a inexistência de forças endógenas que engendram e mantêm a plena ocupação dos fatores sendo, portanto, o equilíbrio com capacidade ociosa (abaixo do pleno emprego) - de fato - a condição normal da economia capitalista.

Em síntese, segundo na TG Keynes busca negar o sistema de mercado auto-equilibrante e apresentar mecanismos que minimizem as flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego. Para tanto, ele apresenta seu projeto em torno do princípio da demanda efetiva que pode ser decomposto em três proposições teóricas: teoria da função consumo (propensão a consumir), teoria do investimento (eficiência marginal do capital) e teoria da taxa de juros (preferência pela liquidez). Segundo Keynes, as crises de demanda efetiva e, por conseguinte, do desemprego, manifestam-se porque os indivíduos, face à incerteza em relação ao futuro, retêm moeda em seus portfólios, postergando assim, quaisquer decisões de consumo e investimento. As decisões de reter moeda, por sua vez, podem ser explicada pelas propriedades essenciais que a moeda possui em relação aos

* Professor da UEMS e Mestrando do Curso de Desenvolvimento Econômico (UFPR). E-mail: fabriciomissio@gmail.com.

** Doutor em Economia (IE/UFRJ), Professor do Departamento de Economia da UFPR, Diretor do Centro de Pesquisas Econômicas da UFPR e Pesquisador do CNPq. E-mail: joreiro@ufpr.br.

outros ativos, a saber, o prêmio de liquidez, a elasticidade zero (ou desprezível) de produção e baixa elasticidade de substituição.

O pensamento convencional, no entanto, não aceitou as conclusões da macroeconomia Keynesiana. Como tentaram mostrar uma série de autores (Hicks - 1939, 1944; Patinkin – 1948, 1956; Tobin - 1955, 1969; dentre outros), no que mais tarde seria chamado de síntese neoclássica, as proposições da economia – no que tange a determinação dos níveis de produto e emprego - ainda poderia ser descritas por uma estrutura analítica walrasiana. Mais especificamente, o que estes autores buscaram mostrar é que o modelo proposto pela macroeconomia keynesiana era válido somente a curto prazo, onde as flutuações econômicas eram explicadas, principalmente, pela rigidez de preços e de salários.

Nesse sentido, a longo prazo continuavam válidas as preposições da economia clássica, quais sejam, que o mercado se ajustaria a possíveis falhas e que a economia seguiria a sua trajetória normal. Mais especificamente, a idéia básica desses autores era de que a noção tradicional de equilíbrio, ou seja, o *market clearing* simultâneo em todos os mercados, incluindo o mercado de trabalho, pode ser considerado uma descrição acurada das tendências de uma economia de mercado sendo, portanto, somente possível o alcance dos resultados propostos por Keynes se um desses mercados estivesse sobre a influência de algum tipo de rigidez ou de outras imperfeições. Essa conclusão baseia-se, principalmente, sobre a hipótese da atuação do efeito riqueza real (efeito Pigou).

Entretanto, deve-se considerar que esta hipótese é altamente contestável, uma vez que a deflação dos salários nominais também gera efeitos recessivos na economia, os quais, se suficientemente forte, podem neutralizar e até mesmo reverter o efeito riqueza real. Esse argumento, apresentado por Keynes no capítulo 19 da TG, e desenvolvido, entre outros, por Oreiro (1997) e Sicsú & Mendonça (2000), mostra que nada garante que o efeito liquidez real seja maior que os outros efeitos apresentados por Keynes e que, portanto, a idéia de convergência para um equilíbrio com pleno emprego é, no mínimo, também altamente contestável.

O presente trabalho teve, portanto, o objetivo retomar o debate entre Keynes e os (neo) clássicos sobre os determinantes da posição de equilíbrio de longo prazo da economia sendo dividido, para tanto, além da introdução e das considerações finais, em três sessões. A sessão 2 apresenta o princípio da demanda efetiva e a determinação do nível de emprego conforme a concepção de Keynes a partir da TG; a sessão 3 apresenta a síntese neoclássica e os desdobramentos *a posteriori* que reduziram as proposições da TG a um simples caso particular do modelo clássico tradicional; a sessão 4 apresenta os argumentos de Keynes do capítulo 19 da TG e dois modelos formais nos quais o efeito Liquidez real é incapaz de levar a economia de volta a posição de pleno emprego.